

**RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,  
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da EPC Construções S.A. submete à apreciação dos senhores acionistas as demonstrações financeiras referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, devidamente acompanhadas pelas notas explicativas.  
Brasília-DF: 31 de dezembro de 2015. A Administração.

| BALANÇOS PATRIMONIAIS<br>em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em Reais) |      |            |             | DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS<br>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em Reais) |      |            | DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES<br>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014<br>(Em Reais) |      |      |
|--|------|------------|-------------|--|------|------------|---|------|------|
| Ativo  | Nota | 2015       |             | Passivo  | Nota | 2015       |   | 2015 | 2014 |
|  |      | 2015       | 2014        |  |      | 2015       | 2014  |      |      |
| <b>Circulante</b>  |      |            |             | <b>Circulante</b>  |      |            |   |      |      |
| Caixa e equivalentes de caixa  | 4    | 2.215.774  | 724.458     | Fornecedores   | 12   | 12.747.198 | 7.405.574   |      |      |
| Contas a receber de clientes   | 5    | 39.182.159 | 40.418.577  | Empréstimos e financiamentos   | 10   | 6.235.960  | 3.124.229   |      |      |
| Outros créditos  | 6    | 13.080.365 | 26.017.115  | Obrigações trabalhistas e sociais  | 11   | 2.546.762  | 1.670.297   |      |      |
| Impostos a recuperar e diferidos                                       | 7    | 3.558.152  | 1.562.994   | Impostos e contribuições   | 12   | 3.728.274  | 2.854.373   |      |      |
|  |      | 58.036.450 | 68.723.144  | Outras obrigações  | 13   | 114.121    | 77.174  |      |      |
|  |      |            |             |  |      | 25.372.315 | 15.131.647  |      |      |
| <b>Não circulante</b>  |      |            |             | <b>Não circulante</b>  |      |            |   |      |      |
| Outras contas a receber  | 6    | 1.818.660  | 240.000     | Débitos com sócios   |      | -          | 7.253.124   |      |      |
|  |      | 1.818.660  | 240.000     | Empréstimos e financiamentos   | 10   | 8.892.395  | 16.298.288  |      |      |
| <b>Investimentos</b>   |      |            |             | Impostos e contribuições   |      | 8.892.395  | 25.704.228  |      |      |
| <b>Imobilizado</b>   | 8    | 30.272.846 | 32.816.542  |  |      |            |   |      |      |
| <b>Intagível</b>   | 9    | 1.983.041  | 1.983.041   | <b>Patrimônio líquido</b>  | 16   |            |   |      |      |
|  |      | 32.255.887 | 34.799.583  | Capital social   |      | 10.200.000 | 10.200.000  |      |      |
|  |      | 34.074.547 | 35.039.583  | Reserva legal  |      | 2.346.122  | 2.346.122   |      |      |
|  |      | 92.110.997 | 103.762.727 | Reserva de retenção de lucros  |      | 45.300.165 | 50.380.730  |      |      |
|  |      |            |             |  |      | 57.846.287 | 62.926.852  |      |      |
|  |      |            |             | <b>Total do passivo</b>  |      | 92.110.997 | 103.762.727   |      |      |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO<br>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em Reais) |                |               |                               |                   |              |
|---|----------------|---------------|-------------------------------|-------------------|--------------|
|   | Capital social | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros | Lucros acumulados | Total        |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>   | 10.200.000     | 2.346.122     | 36.046.095                    | -                 | 48.592.217   |
| Lucro líquido do exercício  | -              | -             | -                             | 21.046.712        | 21.046.712   |
| Destinações:  | -              | -             | -                             | -                 | -            |
| Constituição de reserva legal   | -              | -             | -                             | -                 | -            |
| Distribuição de Lucro   | -              | -             | -                             | (6.712.077)       | (6.712.077)  |
| Constituição de reserva   | -              | -             | -                             | 14.334.635        | (14.334.635) |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>   | 10.200.000     | 2.346.122     | 50.380.730                    | -                 | 62.926.852   |
| Ajuste de Exercícios Anteriores   | -              | -             | (11.875.593)                  | -                 | (11.875.593) |
| Lucro líquido do exercício  | -              | -             | -                             | 14.607.959        | 14.607.959   |
| Destinações:  | -              | -             | -                             | -                 | -            |
| Constituição de reserva legal   | -              | -             | -                             | -                 | -            |
| Distribuição de Lucro   | -              | -             | -                             | -                 | -            |
| Constituição de reserva   | -              | -             | -                             | (7.812.930)       | (7.812.930)  |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>   | 10.200.000     | 2.346.122     | 45.300.166                    | -                 | 57.846.288   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em Reais)

**1 Contexto operacional**  
A EPC Construções S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Brasília - Distrito Federal, tendo como atividade preponderante a execução de serviços de engenharia e construções em geral nos setores de infraestrutura, construção por empreitada, inclusive edificação de obras públicas e privadas.

**2 Apresentação das demonstrações financeiras**  
**a. Demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da Companhia. Na preparação das demonstrações financeiras, são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisões para contingências e garantias, provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil dos bens do imobilizado, custo orçado das obras em andamento, classificação de curto e longo prazo, entre outros.

**b. Moeda funcional** - A moeda funcional na qual as demonstrações financeiras são divulgadas é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em Reais, exceto quando indicado de outro modo.

**c. Políticas contábeis** - As políticas contábeis da Companhia foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**d. Data da aprovação das demonstrações financeiras** - A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 27 de abril de 2016.

**3 Base de preparação**  
**a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A apresentação das demonstrações financeiras foi elaborada com base no custo histórico.

**b. Estimativas contábeis**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando-se as estimativas e as premissas, cujo objetivo é mensurar, entre outras, a amortização do intangível, a realização de créditos tributários, as provisões para perdas de certos ativos e as provisões para demandas judiciais. Não obstante essas estimativas e premissas serem consideradas adequadas na atual circunstância e serem submetidas a revisões periódicas, os valores, que serão conhecidos e efetivados futuramente, podem ser diferentes. As principais estimativas utilizadas referem-se a: previsão de vida útil de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 8) e mensuração dos instrumentos financeiros (nota explicativa nº 19).

**c. Reconhecimento de receitas e custos**  
A apuração do resultado é efetuada pelo regime de competência, observado os seguintes aspectos:

**c.1 Apuração do resultado de obras e serviços de empreitada**  
As receitas de obras por empreitada de contratos em longo prazo são apropriadas, com base no regime de competência, de acordo com o progresso físico das obras.

**c.2 Apuração do resultado de consórcios**  
A Empresa opera também por meio de consórcio com outras empresas, e a apuração do resultado é feita de forma proporcional à sua participação. São elaboradas demonstrações financeiras específicas, preparadas com base nas mesmas práticas contábeis adotadas pela EPC Construções S.A. A liquidação financeira dos saldos a receber ou a pagar nas participações em consórcio é realizada quando da finalização das obras.

**d. Normas e interpretações ainda não adotadas**  
Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada e não espera que as normas abaixo tenham impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

**IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**  
A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

**IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contrato com Clientes)**  
A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita resultante da contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a norma for adotada. A norma nova é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o Conselho Federal De Contabilidade ainda não emitiram normativo sobre esta norma internacional.

**e. Instrumentos financeiros não derivativos**  
**Instrumentos financeiros não derivativos**  
Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, incluindo, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Estes instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

**Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado**  
Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Empresa gerencia esses investimentos e toma a decisão de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco adotada e documentada pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

**Empréstimos e recebíveis**  
Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros e a atualização monetária menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

**Passivos financeiros não mensurados ao valor justo**  
São passivos financeiros não derivativos aqueles que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis e incorridos, são reconhecidos no resultado na linha de receitas ou despesas financeiras.

**Valor justo**  
O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

O valor justo do principal instrumento financeiro que são as aplicações financeiras foi obtido por meio do valor da cota de cada fundo aplicado.

**7 Impostos a recuperar e diferidos**

|              | 2015             | 2014             |
|--------------|------------------|------------------|
| IRPJ         | 731.520          | 437.434          |
| CSLL         | 601.847          | 346.618          |
| INSS         | 324.253          | 118.406          |
| PIS/COFINS   | 1.554.132        | 621.238          |
| ISS          | 346.400          | 439.298          |
| <b>Total</b> | <b>3.558.152</b> | <b>1.562.994</b> |

**8 Imobilizado**  
**a. Composição**

|                         | 2015         | 2014         |
|-------------------------|--------------|--------------|
| Bens móveis             | 6.035.487    | 6.035.487    |
| Máquinas e equipamentos | 33.740.209   | 33.875.003   |
| Veículos                | 1.076.414    | 5.617.356    |
| Móveis e utensílios     | 1.242.077    | 946.133      |
| Software                | 58.720       | 17.109       |
| Depreciações acumuladas | (11.880.061) | (13.674.546) |
| Saldo líquido           | 30.272.846   | 32.816.542   |

A companhia realizou levantamento referente aos bens integrantes do imobilizado e identificou que estavam superavaliados, assim realizou ajustes reconhecidos em seu resultado com intuito de adequar o registro na contabilidade com o físico.

**b. Movimentação**

|                         | 2015         | Baixas      | Adições     | 2014         |
|-------------------------|--------------|-------------|-------------|--------------|
| Bens móveis             | 6.035.487    | -           | -           | 6.035.487    |
| Máquinas e equipamentos | 33.740.209   | (134.794)   | -           | 33.875.003   |
| Veículos                | 1.076.414    | (4.540.942) | -           | 5.617.356    |
| Móveis e utensílios     | 1.242.077    | -           | 295.944     | 946.133      |
| Software                | 58.720       | -           | 41.611      | 17.109       |
| Depreciações acumuladas | (11.880.061) | 2.807.090   | (1.012.605) | (13.674.546) |
| Saldo líquido           | 30.272.846   | (1.868.646) | (675.050)   | 32.816.542   |

**9 Intangível**

|            | 2015      | 2014      |
|------------|-----------|-----------|
| Intangível | 1.983.041 | 1.983.041 |
| Total      | 1.983.041 | 1.983.041 |

Valores referentes ao custo de aquisição de acervos técnicos de engenharia, estes não possuem vida útil definida e proporcionam a empresa participar de concorrências públicas e privadas.

**10 Empréstimos e financiamentos**

|                         | Taxa de Juros média a.a. (%) | 2015       | 2014       |
|-------------------------|------------------------------|------------|------------|
| Máquinas e equipamentos | 3,5% a 11%                   | 11.436.000 | 9.129.591  |
| Capital de giro         | 15%                          | 3.692.355  | 10.292.925 |
| Total                   |                              | 15.128.355 | 19.422.516 |

Circulante 6.235.959 3.124.228  
Não circulante 8.892.395 16.298.288

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais e fianças dos acionistas, não possuindo cláusulas restritivas de covenant.

Os empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2015, registrados no passivo circulante, têm vencimento até o término do exercício de 2016.

a) Cronograma de amortização da dívida

|                         | 2017      | 2018      |
|-------------------------|-----------|-----------|
| Máquinas e equipamentos | 4.060.000 | 2.800.000 |
| Capital de giro         | 2.032.396 | -         |
| Total                   | 6.092.396 | 2.800.000 |

**11 Obrigações trabalhistas e sociais**

|   | 2015      | 2014      |
|---|-----------|-----------|
| Salários e provisões trabalhistas a pagar   | 1.933.436 | 787.212   |
| Encargos e contribuições sociais a recolher | 137.259   | 63.138    |
| Tributos a recolher                         | 476.067   | 819.947   |
| Total                                       | 2.546.762 | 1.670.297 |

**12 Impostos e contribuições**  
Correspondem aos tributos aprovados nos sobre as receitas reconhecidas de acordo com o progresso físico das obras e têm os seus recolhimentos segundo o regime de caixa, no caso de obras públicas.

|                     | 2015      | 2014      |
|---------------------|-----------|-----------|
| Imposto de Renda    | 1.514.079 | 857.144   |
| Contribuição Social | 136.713   | 459.927   |
| PIS                 | 59.077    | 272.169   |
| COFINS              | 272.729   | 1.253.170 |
| Outros              | 1.745.676 | 11.963    |
| Circulante          | 3.728.274 | 2.854.373 |
| Não Circulante      | -         | 2.152.816 |
| Imposto de Renda    | -         | 531.428   |
| Contribuição Social | -         | 289.726   |
| PIS                 | -         | 174.372   |
| COFINS              | -         | 804.795   |
| Outros              | -         | 352.495   |
| Total               | -         | 2.152.816 |

**13 Outras contas a pagar**

|                          | 2015    | 2014   |
|--------------------------|---------|--------|
| Fundo Fixo a Reembolsar  | 31.247  | -      |
| Adiantamento de Clientes | 82.874  | 77.174 |
| Total                    | 114.121 | 77.174 |

**14 Provisões para riscos trabalhistas, civis e tributários**  
A Empresa é responsável em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, civis e fiscais. Além disso, existem causas trabalhistas nas quais a Empresa está classificada como ré, por ser considerada co-responsável no processo.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes nas esferas trabalhistas, civis e tributárias. A administração entende que não há necessidade de realizar provisão de contingências devido aos processos estão em suas fases iniciais e os valores não possuem representatividade com exceção dos seguintes:

a) Fiscais - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no valor de R\$ 164.286 relativos ao PIS e R\$ 758.243 relativos a COFINS, ambos são referentes a divergências de informações em obrigações acessórias. A administração entende que os mesmos não devem ser reconhecidos pelo fato dos valores terem sido recolhidos na época de forma correta, onde apenas faltou a informação correta nas obrigações acessórias da companhia. O processo encontra-se em exigibilidade suspensa.

**15 Imposto de Renda e Contribuição Social**  
A Companhia em 2014 foi tributada pelo lucro presumido, em 2015 foi obrigada a recolher seus impostos pelo regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado está demonstrada como segue:

|   | 2015        | 2014        |
|---|-------------|-------------|
| Receita Tributável - base lucro presumido   | -           | 107.113.451 |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro  | 17.928.730  | -           |
| Adições/exclusões   | (8.423.536) | -           |
| Base IR e CS  | 9.505.194   | 107.113.451 |
| Alíquota fiscal combinada (IR e CSL)  | 34%         | 3,04%       |
| Expectativa do imposto de renda e da contribuição social pela alíquota fiscal combinada | 3.320.772   | 3.254.697   |

**16 Desdobramentos das contas de resultado**  
**a. Receita operacional líquida**

|                                  | 2015        | 2014        |
|----------------------------------|-------------|-------------|
| Receita operacional líquida      | 132.932.500 | 107.113.451 |
| Receitas com obras de empreitada | (8.586.556) | (7.696.050) |
| Impostos e descontos             | 124.345.944 | 99.417.401  |

**b. Despesas administrativas e gerais:** correspondem principalmente aos serviços de administração de obras e apoio executados pela Companhia.  
**c. Despesas comerciais:** correspondem às despesas com marketing.  
**d. Despesas financeiras:** correspondem principalmente a despesas bancárias e descontos concedidos.  
**e. Receitas financeiras:** correspondem aos rendimentos recebidos das aplicações financeiras realizadas.  
**f. Outras Receitas (despesas) operacionais:** correspondem aos valores recebidos dos consórcios a título de resultado e ajustes no imobilizado da companhia.  
**18 Partes relacionadas**  
São definidas como partes relacionadas os seguintes entes:  
• Quaisquer empresas integrantes do Grupo EPC e pessoal-chave da Administração.  
• As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir, as quais não sofreram atualizações e não possuem prazos definidos:

**Ativo**

| Descrição                   | 2015       | 2014       |
|-----------------------------|------------|------------|
| Créditos com consórcios (a) | 12.052.458 | 22.858.902 |
| Total                       | 12.052.458 | 22.858.902 |

**Passivo**

| Descrição                  | 2015 | 2014      |
|----------------------------|------|-----------|
| Débitos com consórcios (a) | -    | 7.216.168 |
| Total                      | -    | 7.216.168 |

(a) Referem-se às transações entre a companhia e seus consórcios, decorrentes de reportes financeiros, para suprimento das obras e devolução ou antecipação de valores a companhia.

**a. Operações com pessoal-chave da Administração**  
**Emprestimos para diretores**  
A Companhia não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.  
**Remuneração de pessoal-chave da Administração**  
A administração da Companhia não é remunerada considerando que a administração é realizada pelos acionistas.  
**19 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos**  
A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para Empréstimos, fornecedores e a contas a pagar. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

**a. Políticas de gestão de riscos financeiros**  
A Administração da Companhia segue a orientação da diretoria e dos acionistas empreendedores na gestão de riscos financeiros.  
**b. Risco de liquidez**  
É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de decasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar a liquidez da caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela diretoria administrativa.  
**c. Risco de mercado (taxa de juros)**  
Representa o risco da Companhia à exposição de taxa de juros, principalmente relacionados à atualização de passivos financeiros, em especial daqueles decorrentes de riscos a empréstimos financiamentos contraídos junto a instituições financeiras (vide Nota Explicativa nº 10). A Administração da Companhia estima que não haja volatilidade relevante frente à exposição atualmente contratada. A Companhia não possui operações atreladas à variação da taxa de câmbio.  
**d. Risco operacional**  
Representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas ao processo, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de crédito, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias. A Companhia administra o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação de sua imagem.  
**e. Derivativos**  
A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos especulativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

**20 Outras informações**  
**a. Cobertura de seguros** - A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.  
**b. Derivativos** - A Empresa não possui operações com derivativos.  
**c. Transformação de tipo societário** - A Companhia está realizando uma reestruturação societária, devido a isto em janeiro de 2015 realizou a alteração do tipo societário da empresa, passando a ser Companhia Anônima de capital fechado.

| DIRETORIA   |  | CONTADORA   |   |
|---|--|---|---|
| <b>LÚCIO VALÉRIO PINHEIRO COSTA</b><br>Diretor-presidente |  | <b>PEDRO ARAUJO LAGE</b><br>Diretor Vice-presidente | <b>ELISANGELA RONCATO DE ALMEIDA</b><br>CRC-DF 014683 O 7 |

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Administradores e Acionistas da EPC Construções S.A.**  
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da EPC Construções S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**  
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EPC Construções S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos**  
Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cujos valores são apresentados para fins compar